

Educação passa por duas fases

O Ministério da Educação teve dois anos em um, neste 1991 que se esvai. O ano de Carlos Chiarelli, maior em duração e menor em resultados, — e o ano de José Goldemberg, pequeno e operoso. Daí, o que melhor se pode dizer do MEC em 1991 é o que se fará em 1992. O futuro é o próprio balanço.

Depois de empossado, Goldemberg teve tempo apenas para digerir extremas perplexidades. Ele próprio afirma que “o baixo desempenho do sistema educacional, bem como sua iniquidade, decorrem de uma cadeia perversa de fatores”. Uma cadeia da qual o ministro tenta se livrar, levando com ele o destino do sistema educacional brasileiro. Os pontos críticos são tão óbvios quanto encurvadados: “a formação inadequada do magistério, métodos ineficazes de alfabetização e, portanto, altos índices de repetência e de evasão”. Sua prioridade para o próximo ano é na verdade uma promessa a ser cobrada: “priorizar a educação do povo é a tarefa mais urgente”.

Ainda assim, e apesar da perplexidade inicial, o MEC contabiliza em 1991 coisas como a implantação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) e, mais recentemente, no Programa de Centros Integrados de Atendimento Comunitário (Ciacs), a contribuição apresentada pelo MEC, o Projeto Pedagógico. Deu-se continuidade ao Programa de Alfabetização dos Trabalhadores da Construção Civil, mediante convênios com os sindicatos das indústrias. E assinou-se a Portaria MEC-Ministério da Justiça, garantindo educação às comunidades indígenas, sem ferir os seus modelos culturais.

A princípio, pensava-se em gastar Cr\$ 9 bilhões com o ensino especial, e terminou-se por dispendar Cr\$ 30 bilhões, além do convênio assinado com a LBA, no valor de Cr\$ 220 milhões, para a compra de aparelhos e equipamentos específicos, no atendimento aos portadores de deficiências físicas. O MEC também comprou 27 microcomputadores e 27 impressoras, que repassou às secretarias estaduais de Educação, gastando Cr\$ 10,6 milhões, com vistas à implantação do programa de Melhoria da Qualidade do Sistema Nacional de Informações Educacionais, e ao apoio ao Planejamento e Gestão Educacionais.

Até outubro deste ano, o Ministério liberou Cr\$ 169,2 trilhões para o salário-educação, em todo o País. Dispendeu outros Cr\$ 90,9 trilhões

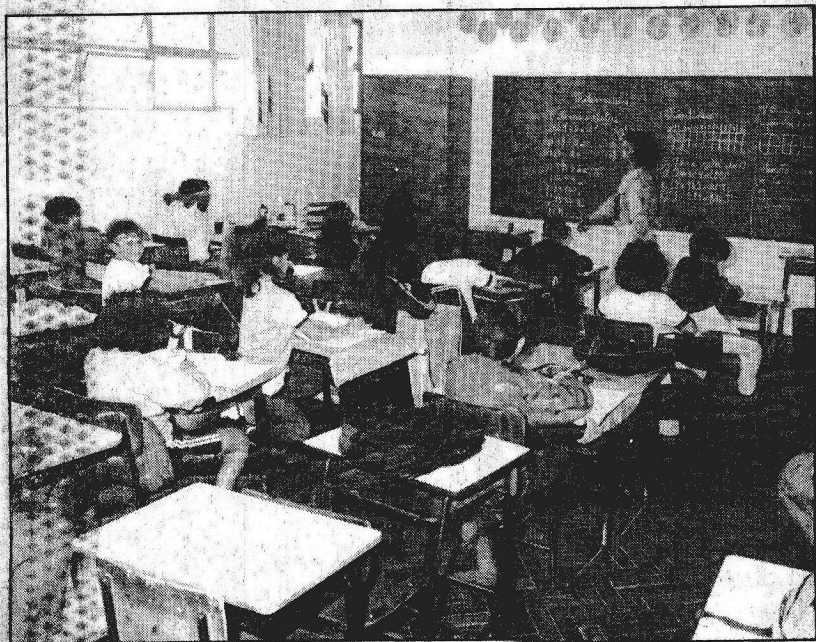
com prefeituras, governos estaduais e entidades filantrópicas, comunitárias e sociais, incluindo os recursos destinados à FAE e à Fundação Roquete Pinto. Das mãos de Goldemberg saíram medidas como o decreto que fixa em 800 horas a carga horária anual do ensino fundamental e médio; e o projeto de lei sobre as mensalidades escolares, instituindo a livre negociação e atribuindo ao MEC o papel de supervisor do ensino particular.

Além de agilizar os convênios de repasse de recursos a estados e municípios, Goldemberg conseguiu reformular o FNDE, passando à Secretaria Nacional de Educação Básica (Seneb), a responsabilidade pela gestão dos recursos alocados ao Fundo. Acabou com os critérios políticos que norteavam o FNDE, que passaram a ser tão-somente técnicos.

O Programa Nacional de Salas de Leitura distribuiu em mil 714 cidades acervos de literatura infanto-juvenil a 11 mil 760 escolas municipais com cem ou mais alunos matriculados. Foram um milhão 701 mil 156 livros, no total — correspondendo a 27 mil 344 acervos. O Programa Nacional do Livro Didático absorveu recursos da ordem de Cr\$ 20,3 trilhões, suficientes para a compra de quase 67 mil livros — 66 mil 893 mil 140, mais exatamente. E, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, não obstante a FAE ter “aprontado” tanto, o MEC beneficiou 89 milhões 65 mil e 55 estudantes, em todo o território nacional.

Fez ainda mais, o MEC: conseguiu que o Governo lançasse o Programa Bolsas de Trabalho, que gastou Cr\$ 264 milhões e ofereceu salários diferenciados a cinco mil e 500 alunos carentes, matriculados em 86 escolas técnicas e agrotécnicas por todo o País. Criou a primeira escola técnica para profissionais da Saúde, inaugurou a Escola Técnica de São José, no Ceará, e duas escolas-cooperativas experimentais em Maringá, no Paraná, construídas com dinheiro do salário-educação e com capacidade para ensinar 420 alunos carentes. A parte, através da FAE, distribui merenda do Programa Mundial de Alimentos a meio milhão de alunos carentes do Piauí, Paraíba e Ceará. Um investimento de 32 milhões de dólares.

Em 1992, o MEC terá direito a cerca de seis bilhões de dólares. E sem o fatídico e assustador contingenciamento, pode até duplicar esse total. Com isso, Goldemberg poderá cumprir a promessa e a meta maior para o próximo ano — um ensino básico funcionando de verdade.



A qualidade do ensino fundamental também não melhorou